

ASPECTOS DA COORDENAÇÃO ENTRE A SEMÂNTICA E A FILOSOFIA
EM GILBERT RYLE: UM ARGUMENTO SOBRE A NATUREZA
FILOSÓFICA DO CONHECIMENTO SEMÂNTICO

ASPECTS OF THE COORDINATION BETWEEN SEMANTICS AND
PHILOSOPHY IN GILBERT RYLE: AN ARGUMENT ABOUT THE
PHILOSOPHICAL NATURE OF SEMANTIC KNOWLEDGE

Lucas Ribeiro Vollet¹

Recebido em: 11/2021

Aprovado em: 11/2021

Resumo: Esse artigo explora as teses de dois artigos de 1930 de Gilbert Ryle (*Expressões sistematicamente enganadoras e Categorias*), ocasionalmente comentando outros dois artigos (*Teoria do Significado e A Linguagem Ordinária*) para discutir uma alternativa de oposição à tese Quine-davidsoniana de que conhecimentos semânticos sobre a verdade *simpliciter* e a verdade *analítica* são puramente extensionais, e não envolvem qualquer conhecimento normativo, conceitual ou intensional, sobre a identidade dos objetos-semânticos estudados. A tese de Ryle não é uma oposição óbvia, pois concorda com Quine-Davidson em pelo menos um ponto-chave: a tese de que conhecimentos semânticos não envolvem objetos intensionais. No entanto, além de, contrariamente a eles, manter uma visão normativa sobre a prática da significação, a tese de Ryle contém ainda uma oposição a Quine-Davidson não obviamente perceptível, embora fundamental: a de que conhecimentos estruturais sobre ligações semânticas envolvem uma compreensão categorial, que ensina os falantes da língua a preverem antinomias ou enganações sistemáticas. Ryle acredita que esse conhecimento é filosófico, além de semântico. Sua tese mostra um aspecto em que a semântica e a filosofia não estão completamente divorciadas. Esse artigo pretende lembrar essa opção interpretativa ao universo da discussão semântica atual.

Palavras-chave: semântica, categorias, filosofia

Abstract: This paper explores the theses of two 1930s articles by Gilbert Ryle (*Systematically Misleading Expressions and Categories*), occasionally commenting two others papers (*Meaning Theory and Ordinary Language*) to discuss an alternative to the Quine-Davidsonian thesis that semantic knowledge about *simpliciter* truth and *analytical* truth is purely extensional, and do not involve any normative, conceptual or intensional knowledge about the identity of the studied semantic objects. Ryle's thesis is not an obvious opposition, as he agrees with Quine-Davidson on at least one key point: the thesis that semantic knowledge does not involve intensional objects. However, in addition to maintaining a normative view on the practice of signification, Ryle's thesis also contains an opposition to Quine-Davidson that is not obviously perceptible, although fundamental: he argues that structural knowledge about semantic connections involves an understanding of categories, that teaches language speakers to predict systematic antinomies or deceptions. Ryle believes that this knowledge is philosophical, as well as semantic. His thesis shows an aspect in which semantics and philosophy are not completely divorced. This article intends to remind this

¹ Possui graduação em filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008) e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011), atuando principalmente no seguinte tema: juízo, razão prática, validade, ciência. Atualmente é doutorando do departamento de Lógica e Epistemologia da mesma Universidade. Email: luvollet@gmail.com

interpretative option to the universe of the current semantic discussion.

Key-words: semantics, categories, philosophy

Introdução e Objetivo: as críticas ao Sentido (*Sinn*) e a incapacidade de dar transparência à Referência

Em *Sentido e Referência* (1982)² Gottlob Frege formulou teoricamente a distinção entre o sentido e a referência das expressões. O segundo é o objeto da significação, enquanto o primeiro é o modo ou o caminho codificado para se referir a esse objeto. Segundo o autor: “o pensamento da sentença ‘a estrela da manhã é iluminada pelo sol’ é diferente do da sentença ‘a estrela da tarde é iluminada pelo sol’” (FREGE, 1948, p. 215). Nas palavras de Kripke (nossa tradução): “Frege introduziu a noção de sentido para explicar como podem haver enunciados de identidade verdadeiros, mas não triviais” (KRIPKE, 2008, p. 182)³. O principal aspecto desse conceito é sua contribuição para o acréscimo de valor cognitivo: “para determinar se uma sentença é ou não verdadeira, é o bastante saber a referência de seus vários componentes. Mas para saber que informação ela veicula, é necessário saber o seu sentido” (DUMMETT, 1973, p. 104). Frege precisava da noção de sentido porque a referência, apesar de ser o que é valioso do ponto de vista científico, não pode ser associada apenas contingentemente com a expressão: “Dizer que a referência não é um ingrediente do significado é dizer que nosso entendimento da expressão nunca consiste simplesmente a associar algo do mundo a aquela expressão” (DUMMETT, 1973, p. 93)

É pela noção de sentido que tornamos a referência inteligível através de um padrão ou regra. E pelas leis que regem o sentido é que compreendemos a regularidade da expressão para identificar a mesma referência. Dizer que nossas expressões podem se comportar de maneira regular e previsível é dizer que elas tem, além da referência, um sentido. O sentido é aquela *singular peça de conhecimento* que sabemos sobre a referência, e que nos permite distinguir entre modos idênticos, embora não triviais, de se referir ao objeto. Se soubéssemos apenas a referência, mas não o sentido, não saberíamos justificar por meio de um padrão mediador ou inferencial porque a estrela da manhã é a estrela da tarde. No máximo teríamos uma associação arbitrária entre eles; na pior hipótese, uma associação dogmática.

Essa visão foi contestada por diversos pontos de vista, mas esse artigo se concentrará

² Usaremos a versão publicada em 1948 em *The Philosophical Review*.

³ Todos os textos em Inglês foram traduzidos para o português pelo autor do presente artigo.

em duas. As chamaremos de contestações clássicas. A primeira foi feita por Bertrand Russell, e a segunda por W. Quine. O primeiro, em um artigo que está hoje entre os textos canônicos da filosofia analítica (*On Denoting*, 1905), contestou que não sabemos nada sobre o *Sentido*, mas apenas sobre a denotação (para ele, o análogo à referência) quando aprendemos que a estrela da tarde é a estrela da manhã: “suponha-se ser ‘C’ o nosso complexo. (...). Sempre que ‘C’ ocorre sem aspas, o que se diz não é verdadeiro para o significado [o sentido] mas apenas para a denotação” (RUSSELL, 1979, p. 9). Em alternativa, o filósofo tenta demonstrar que esse conhecimento *a mais* existe, mas é um que adquirimos quando descobrimos um modo de paráfrase capaz de mostrar a forma lógica da identidade entre essas expressões. Sabemos algo a mais, de fato, quando aprendemos que Walter Scott é o autor de *Waverley*, do que quando aprendemos que Walter Scott é Walter Scott; no entanto, aqui não se trata de algo que aprendemos por referência a uma *entidade significativa*, mas sim pelo modo como *analisamos* a identidade dos termos se articulando na linguagem.

Quando a identidade não é obviamente exposta em termos extensionais, isto é, quando há alguma ambiguidade sistemática que impede que as expressões sejam intersubstituíveis *salva veritate*, Russell explora uma solução diferente da de Frege. Citaremos Kaplan, aqui, para poupar tempo:

Há um forma geral de inferência inválida, mas aparentemente correta que envolve intersubstituir duas descrições definidas com uma denotação comum dentro do escopo de tal verbo. A correção aparente de tal inferência é devida ao fato de que parece ser uma instância de Lei de Leibniz. Frege bloqueia tais inferências por meio de sua doutrina de referência indireta, segundo o qual as duas descrições neste contexto não têm uma referência comum. Assim, a premissa da Lei de Leibniz falha. Russell bloqueia a inferência eliminando a descrição dentro do complemento do verbo intensional. Com as descrições excluídas, a Lei de Leibniz é inaplicável e não há outra fonte de plausibilidade para a inferência. (KAPLAN, 1975, p. 718)

Portanto, para Russell, podemos solucionar as anomalias intensionais com uma paráfrase e eliminação dos símbolos incompletos (cujo significado é adquirido pela sua contribuição no contexto da sentença). O outro autor, W.O. Quine, começa sua crítica à teoria do sentido como uma continuação de Russell, e depois, ao admitir um holismo pragmático, destoa dele. Para Quine, não há qualquer teoria da identidade ou da necessidade lógica que não possa ser reduzida a um conhecimento da coincidência extensional, ou à estrutura lógica da língua: "a política de extensionalidade tem mais por trás dela do que sua óbvia simplicidade, e qualquer saída real dessa política deve envolver revisões da lógica dos termos singulares"

(QUINE, 1994, p. 164). Nas palavras de Gary Kemp (*Quine's Criticism of Semantics*), na busca de significado objetivo, para Quine: "O que é significativo é o meramente concebível, onde o que se entende por isso é que a possibilidade não é incoerente, nem inconsistente; nesse sentido pode-se traduzir um falante de várias maneiras" (KEMP, 2014, p. 5). Como há diversas hipóteses igualmente válidas sobre o significado do falante, não faz sentido falar em sinonímia ou analiticidade. Para Quine, assim como para Davidson, não há nenhum objeto suprassensível que estivesse no âmbito de competência do filósofo, antes que do linguista empírico, quando operamos traduções: "o linguista irá tentar construir uma caracterização da verdade-para-a-língua-estrangeira que levanta (...) um mapeamento das sentenças consideradas verdadeiras na língua estrangeira às consideradas verdadeiras pelo linguista" (DAVIDSON, 2001, p. 27).

Não há portanto super-extensões ou intensões, a não ser em um sentido pragmático geral em que usamos, por conveniência, uma ou outra definição para dar o padrão normativo de um conhecimento não-contraditório ou para falar da compatibilidade genérica entre duas expressões indistinguíveis. Mas o vocabulário normativo, seja das definições, da sinonímia ou dos advérbios linguísticos, é dispensável. E Quine frequentemente parece acreditar que esse vocabulário é perigoso: canoniza de maneira dogmática um conhecimento meramente lógico, como se fosse algo mais soberano: uma lei analítica ou manual de significados essenciais. No universo de pressuposição de Quine, o importante é o conhecimento lógico adquirido sobre a margem de indiscernibilidade, e não um suposto conhecimento sobre a sinonímia, sobre a regra semântica, a definição, os mundos possíveis, etc. O conhecimento lógico é o que a ciência empírica pode usar com proveito, e até revisar; o conhecimento da sinonímia, definição (etc) é apenas uma colateralidade dogmática e normativa com vocação anti-naturalista e pseudo-científica.

Por fim, destoando de Russell ainda mais, Quine acredita que a estrutura em que o "significado" aparece como um conhecimento independente não está aberta à discussão racional ou "analítica-filosófica". Pois o suposto significado deixaria de significar - ou ter uma correlação semântica regular - assim que se abandonasse a dimensão holística da linguagem. A regra semântica que prediz o comportamento do significado "analítico" tem uma função circular no interior da linguagem: ele mostra que alguém com conhecimento das capacidades generativas ou recursivas dessa linguagem sabe aplicar o predicado "analítico" a aquelas sentenças que são lógicas. Isso significa que saber o significado é estar envolvido no círculo intensional da linguagem de tal forma que, se precisar reproduzir esse significado em outra linguagem, precisará reproduzir esse círculo, transformando a linguagem "estrangeira" em

suficientemente “familiar”. Nas palavras de Etchemendy: "uma frase S é logicamente verdadeira em L apenas no caso em que, havendo qualquer língua L' que é semanticamente semelhante a L, S é verdade em L'" (ETCHEMENDY, 1999, p. 75)

O resultado é que não há uma regra geral para determinar traduções de sucesso; quando conseguimos traduzir uma sentença por outra de outra língua, isso ocorre pois essas línguas já são suficientemente similares em sua estrutura semântica. Quando um tradutor tenta produzir um conhecimento do “significado”, consegue apenas recodificar a linguagem para reproduzir o padrão de identidade extensional com novas expressões. De certa forma, portanto, a tradução não dá transparência intensional ao significado: apenas o camufla mais com novos códigos. A referência, portanto, ou a extensionalidade, não se torna mais transparente através de uma teoria *a priori* sobre os modos de se referir. No seu limite filosófico mais ousado, Quine difunde desesperança cética e relativista: segundo essa tese, não há transparência referencial. A referência é inescrutável; cada sistema de linguagem codifica a referência em sua rede própria e intrincada de signos. Isso torna essa referência transparente como um *Sentido* apenas para aquela linguagem e não há estruturas perfeitas para cruzar pontes de sentido para sentido.

Para nós, o importante a se aprender é isso: há certo conhecimento semântico. Esse se articula quer como um conhecimento intensional (sobre o *sentido*, para dar transparência à referência), quer como um holístico sobre a estrutura da língua (onde não há menção ao ‘sentido’, mas apenas ao lugar estrutural da expressão no conjunto da linguagem). Graças a Russell, a primeira opção foi enfraquecida. Graças a Quine, a segunda opção prevaleceu. Donald Davidson amadureceu esse resultado: “Quando nos afastamos de idiomas que podemos acomodar em uma definição de verdade, entramos em (ou criamos) linguagem para a qual não temos uma explicação semântica coerente”. (DAVIDSON, 2001, p. 32). O que chamamos de “compreensão” ou “sentido” é um conhecimento geral da capacidade de gerar mecanicamente as sentenças de uma linguagem, segundo o padrão bicondicional de Tarski: “ ‘p’ é verdade se e somente se p”. Nada de “intensional” a mais. Davidson argumenta que o esquema tarskiano serve como o padrão de correção análogo a um teste (embora não empírico) para saber se uma sentença tem significado ou não. O teste examina se a sentença pode ser entendida por suas condições de verdade, e portanto está em um nível de discussão racional, ou se precisa de conceitos intensionais (pressuposições, definições, regras semânticas, etc) ulteriores que cobram o preço do hermetismo e da obscuridade para fazer “sentido”. Nesse artigo lembraremos uma terceira opção: defenderemos que há um conhecimento do centro categorial da linguagem que não é gerado apenas por um teste tarskiano.

Davidson e a perspectiva puramente linguística do conteúdo significativo

Ao designar a linguagem como um sistema de signos do ponto de vista sociológico, é fácil se esquecer de que ela não é apenas um instrumento e uma instituição, mas se confunde largamente com uma teoria sobre o significado construída pela pressão histórica de problemas de comunicação e de interpretação. E mesmo se o lembrarmos, não é fácil lembrar junto de que essa é uma espécie de teoria singular. Quando falamos de uma teoria, pensamos naturalmente no objeto teorizado cujo comportamento é explicado e previsto. No caso da linguagem, os esforços para determiná-la como objeto nem sempre foram tão transparentes. A separação de Tarski entre linguagem-objeto e meta-linguagem tinha um objetivo filosófico mais singular: isolar e restringir a aplicação do predicado ‘verdade’ para determinar a classe completa dos enunciados que respondem aos fundamentos de verificação e inferência de maneira equivalente. De acordo com Koren Ladislav (University of Hradec Králové):

O raciocínio lógico clássico utilizando o esquema da verdade não leva a uma contradição, desde que mantenhamos essa distinção de princípios entre L e meta-L. A abordagem de Tarski às antinomias lembra a solução avançada por Bertrand Russell (1908), que sugeriu restringir o leque de atribuições significativas de "verdade" de acordo com sua teoria ramificada de tipos. (KOREN, 2011, p. 10)

Segundo essa linha clássica, quem diz “‘p’ é verdade” está, quer de modo irrefletido ou não, aplicando a regra de uma teoria sobre o padrão de fórmula que *p* instancia: “o trabalho da teoria está em relacionar as condições de verdade conhecidas de cada sentença que ocorrem recorrentemente em outras sentenças” (DAVIDSON, 2001, p. 25). Para Tarski, "Já possuímos um senso de resultados metamatemáticos interessantes obtidos com a ajuda da teoria da verdade. Esses resultados dizem respeito às relações mútuas entre a noção de verdade e a da provabilidade" (TARSKI, 1944, p. 368). A seguinte citação de D. Davidson alcança o espírito deste aspecto do problema do Significado: "o que exigimos de uma teoria de significado de uma língua L (...) é que ele coloca restrições suficientes sobre o predicado 'is T' [o predicado verdade] para implicar todas as frases retiradas do esquema T quando 's' é substituído por uma descrição estrutural de uma frase de L e 'p' por essa frase" (DAVIDSON, 2001, p. 23). Para Davidson, "até agora, pelo menos, não temos outra ideia de como fazer o truque dar certo" (DAVIDSON, 2002, p. 23). O autor expande o projeto de Tarski para fundar uma espécie de

teste de correção extensional para linguagens naturais: "Davidson afirma que o principal aspecto do conceito de verdade que é deixado de fora pela teoria extensional de Tarski é seu papel como parte de um quadro para teorias semânticas empíricas dos indivíduos (...) e competências linguísticas" (BURGE, 2005, p. 583). Esse teste não é empírico no sentido comum. Ele não pode apelar a evidências comportamentais, uma vez que essas subdeterminam a teoria. Mas ele é um teste de correção válido, no sentido de que explora o comportamento da língua como um todo em sua sensibilidade à possíveis correções. Como afirmado por Gary Kemp, pelos critérios do holismo semântico "sabe-se como derivar uma condição de verdade (...) através de algum esquema que gera uma atribuição adequada de condições da verdade às sentenças de toda a língua" (KEMP, 1998, p. 485).

Dummett, que apoia uma forma de resgate da noção fregeana de sentido em conjunto com uma visão pragmática similar a de Davidson, concorda com essa visão da primariedade da *linguagem* na formação do conhecimento do significado:

Uma explicação do conhecimento da linguagem, isto é, do que é conhecer o significado das expressões de uma linguagem, é assim ao mesmo tempo uma explicação de como a linguagem funciona (...). (...) quando nós temos uma forma funcional de saber isso nós saberemos, como um produto colateral, o que é para duas expressões ter o mesmo significado. (DUMMETT, 1973, p. 92)

Dummett representa uma tentativa de tornar a noção de sentido fregeana compatível com a de redução estrutural, mas é claro que ele não pode evitar, assim, o efeito Quine-Davidsoniano: a desnecessidade da própria noção de sentido. Coisas como sinonímia e a analiticidade são adquiridas quando aprendemos uma linguagem. É o perfil dessa linguagem o que importa; e não a coisa-intensional. Cada língua tem um perfil que determina o seu tipo de fórmula, e o tipo de aprendizado que constitui o domínio de produção dessas fórmulas. Esse perfil não pode ter um caráter mais específico do que a sua 'estrutura'. Para simplificar: uma fórmula tem um *tipo* na medida em que pertence a um perfil de fórmulas, que na linguagem comum pode ser expresso pela sintaxe gramatical, mas em um sistema conceitual – científico, matemático, etc. – tem de responder por exigências de racionalidade mais severas (nem tudo que é imaginável entra como fórmula no sistema newtoniano). Gramatical ou não, é com respeito à estrutura que esse aspecto semântico da fórmula é identificado a um perfil. O que o predicado 'verdade' faz é isolar esse perfil de fórmula, para cada sistema. Quem conhece as maneiras pelas quais uma expressão pode ser substituída em lugares regulares da sentença, sem

afetar seu valor de verdade, conhece um aspecto de sua estrutura. Quem o aplica assim, amplia a questão em que a verdade da sentença é problematizada para abranger a questão do perfil de sua sensibilidade à verificação, que naquela região define o predicado ‘verdade’ extensionalmente.

A questão da circunscrição das condições para algo ser uma fórmula legítima se imiscui a um tradicional problema: descrever as simplificações das sentenças da linguagem, ou a forma lógica em que essas sentenças exprimem suas funções de verdade e suas conexões inferenciais. Para Donald Davidson: “como um resultado dessas duas realizações magníficas, a de Frege e de Tarski, nós ganhamos um insight profundo à estrutura de nossas línguas nativas” (DAVIDSON, 2001, p. 30). O autor quer extrair o *ganho* que lhe convém. Podemos questionar Davidson assim: por que a competência em gerar significados de maneira categorial seria um aprendizado apenas sobre a linguagem, e não sobre a sensibilidade dessa linguagem ao mundo externo? Davidson não coloca essa opção. Portanto, não a discute. Se a discutisse, teria de esboçar a opção da perspectiva que selecionamos. Para isso usaremos a ajuda de Gilbert Ryle.

Argumentaremos, de agora em diante, que há um conhecimento distinto do mero aprendizado da linguagem quando aprendemos o seu perfil de geração de sentenças significativas. É a partir daqui que entra Gilbert Ryle. Usaremos a sua teoria das categorias para mostrar que a teoria, tanto de Tarski como a de Frege, não está limitada a dar *insights* sobre a estrutura da parte teorizável ou aprendível das línguas. Elas mostram um pouco mais: o que se aprende, ao aprender uma língua, é toda uma maneira específica de se tornar sensível ao mundo externo, convertendo as respostas empíricas em *possibilidades de verdade*. Acrescentamos, assim, a tese de que há pelo menos certa abertura filosófica e científica que ocorre junto com esse aprendizado. O que era tipicamente filosófico nesse início de reflexão sistemática seria, em oposição às trivialidades de comunicação do senso comum, ajustar o problema da clareza significativa e o problema lógico-científico: a condição da verdade.

O sentido filosófico do conhecimento do Engano: Ryle e a continuação da tradição clássica da análise

Para discutir a perspectiva de Davidson por outro foco, é preciso recolocar a questão conservando o que nela há de correto. De fato, a capacidade de dizer “é verdade” está ligada à capacidade ampla de falar uma língua, e de certa forma essa habilidade é uma das mais misteriosas entre os aprendizados humanos. É uma habilidade e competência que envolve a

potencialidade do ser humano de extrair apoio institucional de um composto histórico de signos para condicionar suas próprias hipóteses e versões dos fatos. Mas isso não pode nos tornar insensíveis à perspectiva onde o significado pode falhar. Gilbert Ryle, seguindo a tradição de Russell, estudou o problema do fracasso em significar com cuidadosa consciência. Para Russell há coisas que não são classificáveis segundo o mesmo tipo, como ficções lógicas (classes, funções proposicionais, descrições definidas) e indivíduos, sob pena de incorrerem em infrações de tipos (*Filosofia do Atomismo Lógico*): “devemos classificar as proposições em tipos diferentes, podemos começar por aquelas proposições que não se referem de modo algum ao conjunto das proposições. Então tomaremos a seguir aquelas proposições que se referem ao conjunto das proposições daquela espécie que tínhamos antes” (RUSSELL, 1978, p. 121). Uma hierarquia de tipos é necessária para evitar que coisas como classes sejam selecionadas pelo mesmo tipo de variável que classes de classes. Para Ryle há expressões que falham em coordenar uma possibilidade lógica. Nas palavras de Hans-Johann Glock, em *Nothing Categorical on Categories*: “elas não são nem verdadeiras e nem falsas, mas falham em serem capazes de verdade (truth-apt)” (2015, p. 32).

Comparando com Davidson e Quine, a tradição clássica da análise soa como um conservadorismo essencialista que traça *a priori* a distinção entre sentido e absurdo. Mas Ryle, apesar de subestimado na lista dos primeiros filósofos analíticos, tem uma teoria mais sofisticada que a de Russell sobre a linha de demarcação entre o que é Sentido e o que é pseudo-sentido. Iremos argumentar que a sua teoria não é um essencialismo intensional, mas um programa de estudo pragmático, falibilista e não dogmático das regiões de compatibilidade categorial. Para ele o fundamental é que uma escolha categorial tem um propósito argumentativo, e pode ser abandonada se o cenário discursivo exigir mediações inferenciais diferentes. Dessa forma, ele escapa às críticas de Quine-Davidson, e além disso se permite explorar uma região de estudos que ambos esses autores se proibiram: o das antinomias e enganos sistemáticos. Agora, podemos dizer que a tarefa filosófica é observar como esse sistema de categorias tem sucesso em padronizar cláusulas para produção de sentenças adequadas ao tipo de fatos que elas almejam registrar: “alguns tipos de paráfrase não tem força de elucidação filosófica, pois elas deixam de exibir precisamente aquele aspecto das proposições e dos seus fatores cuja obscuridade nos envolve em antinomias” (RYLE, 1980, p. 34).

Em dois de seus famosos artigos da década de 30 do século XX, esse autor discute a questão dos modos como a linguagem ordinária pode nos decepcionar, e conclui que um desses

modos é “filosófico”. Em 1959, em *Teoria da Significação*, o autor retoma o tema: “Dizer, portanto, que a filosofia é a ciência das Significações, embora não seja integralmente errado, é algo que pode induzir ao erro, da mesma forma que pode induzir ao erro dizer que a economia é a ciência dos valores de câmbio” (RYLE, 1980, p. 70). A preocupação do autor é a de que os aspectos reflexivos contidos no conhecimento filosófico da geração de significados seja confundida com uma ciência de “coisas significativas”, como um estudo excêntrico do poder de influenciar uma sequência comunicativa e interpretativa. Para Ryle: “Essa sugestão violenta o fato vital de que problemas filosóficos se encontram inevitavelmente entrelaçados em uma variedade de maneiras” (RYLE, 1980, p. 70). A linha sugerida pelo autor para entender em que sentido questões de significado são questões sobre a “natureza das coisas” é analisar um sentido em que o engano ou o erro reflete um problema categorial profundo.

É sem dúvida difícil negar que existe em qualquer abordagem do erro, do engano e da crise comunicativa um aspecto que é, em essência, filosófico. Observamos uma sentença e, apesar de nada em sua gramática ou valor comunicativo anunciar um problema, sentimos um problema mais profundo, acerca da natureza da relação entre a forma da sentença e a forma do fato que ela registra. Quando pretendemos exprimir uma teoria metafísica sobre a natureza da conexão expressa pela forma sentencial, voltamos arrependidos: a natureza da verificação nunca nos deixa exprimir uma relação causal ou um conhecimento necessário sobre matérias de fato. Se existe uma conexão entre mundo externo e nossos signos, ela é puramente contingente. Nada de *a priori* parece determinar que uma língua convencie uma ou outra maneira de produzir estratégias de significação. Mas sobra um terreno de exploração para reflexões profundas. Acreditamos que uma evidência, mais que as outras, determina o sentido em que um problema de linguagem é filosófico antes que convencional ou técnico. É um gênero de contradição comumente expresso como antinomia. Quando nos exprimimos de um modo cujas implicações são absurdas, e não apenas falsas, estamos diante de um gênero de erro que só é representável como uma espécie de patologia lógica incorrigível. Não podemos codificar esse erro como falácia comum. Só podemos, com sorte, revisar a linha de demarcação entre fórmula e não fórmula, e exilar – *ad hoc* – a sentença que causava o alastramento *cancerígeno*⁴.

Os filósofos analíticos fizeram carreira na filosofia prometendo conhecimentos sobre o absurdo, sobre o problema que os absurdos veiculavam, e sobre soluções possíveis a eles. É exatamente esse conhecimento que parece ter sido ignorado por Quine-Davidson, quando

⁴ As metáforas patológicas serão mais perdoadas, se lembrarmos que Wittgenstein já as havia usado, comparando a filosofia a uma terapia da linguagem.

relegaram à linguagem e sua estrutura holística toda a responsabilidade pelos padrões significativos. Gilbert Ryle, que em *Expressões Sistemáticamente Enganadoras* fazia parte do movimento da primeira fase analítica, tem uma abordagem diferente dos dois autores. Ele defende que o sentido em que o filósofo se envolve na solução de problemas de linguagem é um distinto daquele em que o falante comum trata ambiguidades, equívocos e imprecisões. Para ele, há um sentido filosófico em que certas sentenças são enganadoras, e isso está relacionado ao fato de serem “expressas em certas formas gramaticais ou sintáticas tais que é possível demonstrar serem elas impróprias para o estado de coisas que elas registram” (RYLE, 1980, p. 5). Soletrando com algum cuidado, essa zona de reflexão sugere que existe pelo menos um problema que o filósofo aborda acima dos problemas de comunicação e interpretação que o senso comum enfrenta em uma zona de conforto e consenso genérica: o problema da relação entre a sentença e suas possíveis aplicações.

Ryle e a metafísica da semântica: o conhecimento categorial

Mais claro e direto que em *Dois Dogmas*, em *Necessary Truth*, de 1963, Quine provoca os teóricos da significação narrando a sua insignificância para o cientista empírico. Imaginando uma situação em que uma predição desmentida força o investigador a mudar ligeiramente a lei de que o *momentum* é proporcional à velocidade:

Irão seus colegas protestar que ele está viajando em oposição à face da necessidade? Irão eles protestar que ele está se distanciando da definição de ‘momentum’ e assim privando sua teoria de significado? Eu acredito que eles não irão fazer nada disso. A sua modificação da proporcionalidade do momentum à velocidade não os irá chocar em nenhuma maneira diferente que uma modificação de qualquer antiga e honorável proposição da Física os chocaria. (QUINE, 1994, p. 74)

O tom de Quine pode sugerir um desdém com a semântica, uma espécie de rebaixamento dessa ciência a uma função convencional que pode atrapalhar o progresso científico. Preferimos uma interpretação menos severa. O tom de mágoa não é uma carga constante no texto de Quine. Há algo a se aprender aqui, que pode ser realocado para nossos propósitos. Seguindo essa linha, questões de definição aparecem em contexto: se há um fundamento empírico para mudar a classificação de um planeta para o de planeta-anão, isso é uma questão lexicográfica que surge no contexto da investigação empírica. A inserção em problemáticas de léxico são sintomáticas de uma crise mais ampla. Se elas significam algo independente, não se pode aprender o quê.

Precisamos de um conhecimento do que foi aprendido, e isso não será feito por uma ciência sobre entidades suprassensíveis ou intensões. Quine pensa, assim, que traduzir a questão empírica por uma questão categorial é um passo metafísico indesejado, tanto quanto fazer distinções arbitrárias entre as correções lógicas que agem no nível empírico e as que agem no nível significativo.

Para os dois autores antes discutidos (Quine, Davidson), podemos no máximo administrar uma margem de erro que define o tolerável em perdas de tradução, e com isso mantemos a capacidade de codificar desentendimentos e ter uma linguagem funcional e traduzível. Nada disso define, contudo, uma classe de erros e enganos sistemáticos que um filósofo ou teórico de categorias resolveria. Soluções filosóficas são, no máximo, aventuras empíricas ousadas, sistemas *ultra-teóricos*, disfarçados de metafísica. Ryle concorda só com parte disso. Para ele também não devemos nos limitar dogmaticamente a uma divisão fixa entre Sentido e não-Sentido. Esse autor farejou um âmbito de reflexão mais profundo sobre a natureza de *erros necessários*. Vamos começar a narrar a sua teoria a partir do texto *Categorias (1938/39)*. Com efeito, podemos imaginar que há em atividades proto-científicas um projeto embrionário de classificação teórica, e que o núcleo estrutural que controla os fluxos de inferência mais aptos a escapar de antinomias, ou as inferências favorecidas nesse sistema, pode ser chamado – seguindo a tradição milenar – de sistema de categorias. Para Ryle, com efeito: “é somente em virtude de sua forma, ou dos tipos de seus fatores, que as proposições implicam ou não umas às outras” (RYLE, 1980, p. 33).

Uma terceira crítica pode ser elaborada em moldes mais sensíveis ao projeto de uma teoria das categorias. Nessa versão, podemos dizer que, apesar de haver formas de categorização intra-linguística que estruturam semanticamente as combinações válidas, não há um método seguro para distinguir uma combinação arriscada, mas ainda passível de interpretação, de uma simplesmente absurda. Há analogias e metáforas que projetam informação unívoca, apesar de cruzarem categorias. Se elas são interpretadas de um modo, há um fundamento mínimo para que não sejam interpretadas de outro. O que as distingue de combinações semanticamente legítimas? Assim, essa crítica pode ser expressa pela acusação de falta de método de distinção para categorizações corretas. Podemos citar Jonathan Dancy na coletânea *Ryle on Mind and Language (Ryle and Strawson on Category Mistakes)*:

Os problemas que vimos são realmente todos derivados do fato de que algumas predicacões trans-categoriais são aceitáveis e outras não. Nós precisamos de algum método para explicar as que são e distingui-las das que

não são, e é em virtude desta exigência que uma teoria tradicional ainda é cobrada. (DANCY, 2015, p. 23)

Uma crítica parecida é a de que alguns erros categoriais são traduzíveis. Nesse caso, também como no caso de Dancy, o critério para selecionar erros categoriais inofensivos e perigosos (antinomias) é enfraquecido: “Uma linha de crítica apela ao fato de que erros categoriais podem ser traduzidos (Magidor 2010, pp. 565-6). Já que a tradução supostamente preserva a sinonímia, o argumento continua, erros categoriais devem ser significativos” (GLOCK, 2015, p. 47). A tradução é o caso paradigmático de transição de Sentido, onde somente o que é semântico é conservado. Se é possível traduzir uma poesia ou analogia, apesar de serem erros categoriais, então algo de semântico foi conservado. Por consequência, rui a tese de Ryle de que “proposições categoriais são proposições semânticas” (RYLE, 1980, p. 34) e que erros categoriais são falhas semânticas, em vez de empíricas.

Ryle de fato não elaborou um método para distinguir cruzamentos categoriais inofensivos de antinomias. Mas é um erro acreditar que isso é uma crítica que o afeta. Antes de tudo, lembremos que uma teoria das categorias, em Ryle, é uma teoria das inferências: “é somente em virtude de suas formas ou dos tipos dos seus fatores que as proposições implicam ou não implicam (as negativas de) umas às outras” (RYLE, 1980, p. 33). A elaboração de chaves categoriais é uma espécie de mapeamento das implicações: “ignorar o seu mapa significa ignorar algumas das implicações e compatibilidades das proposições que o contém” (RYLE, 1980, p. 33). Se, para Ryle, “a operação de formular as ligações de uma proposição é simplesmente a atividade de raciocínio”, e que “filosofar é argumentar”, fica claro que a sua teoria das categorias não é sensível à crítica de Dancy e Magidor, do modo como elas estão elaboradas. Pois um argumento pode ser expandido ou recodificado, conforme surjam objeções antes imprevistas. Na verdade, o autor acreditava que não existem garantias de que uma combinação categorial válida não seria uma antinomia em outro contexto argumentativo. Como ele disse antes, no mesmo texto: “não conheço nenhum meio de demonstrar que uma determinada expressão não tem nada de sistematicamente enganadora” (RYLE, 1980, p. 21).

Ainda uma nova crítica pode ser tirada de um modelo wittgensteiniano de anti-metafísica. J. Glock resumiu da seguinte maneira essa linha de objeção: “como mostra o caso de Wittgenstein, uma coisa é insistir em distinções lógicas entre tipos de palavras, outra é sublimar tais distinções como categorial, e ainda outra coisa é afirmá-las como tema da filosofia” (GLOCK, 2015, p. 47-48). A insistência de Wittgenstein de que questões filosóficas são meros disfarces para problemas gramaticais pode cobrar aqui a sua taxa: “Poder-se-ia

pensar: quando a filosofia fala do uso da palavra ‘filosofia’, deveria haver uma filosofia de segunda ordem. Mas isso não se dá; o caso corresponde ao da ortografia que também diz respeito à palavra ‘ortografia’ mas nem por isso é uma palavra de segunda ordem” (WITTGENSTEIN, 1962, §121). Essa crítica merece uma resposta menos direta, pois ela versa sobre o que é “importante” na atividade reconhecida de eliminar erros classificatórios que tem enraizamento mais fundamental em um sistema. O importante para uma teoria do significado é que o significado possa persistir, e que não inverta sua coordenada referencial (ou seu valor semântico) em contextos argumentativos mais complexos. Mas não há um método de classificação universal para prever que esse significado irá persistir em todas as disputas argumentativas. Em certos contextos, precisamos construir gramáticas ou formas de ligação antes inexistentes, usando a indução e a analogia para *dar forma* ao raciocínio. Nesse caso, a categorização acontece *a posteriori*. Ao introduzir termos técnicos (assim como metáforas e analogias), por exemplo, estamos pressionando os limites categoriais estabelecidos pela língua, afim de expandir os limites de combinações válidas para certos fins de argumentação e inferência:

Só desejamos estar certos acerca do desenho de nossas chaves-mestras porque desejamos utilizá-las em fechaduras que se revelaram recalcitrantes (...). Investigações como essas sobre a natureza das categorias, ou sobre as espécies de ligações, constituem, na realidade, questões técnicas desse gênero. (RYLE, 1980, p. 33)

Os espaços de mediação inferencial assim abertos se adaptam ao contexto de disputa. É a capacidade de estudar esses limites extra-semânticos que caracteriza o programa de Ryle. Nesse programa, o risco é inerente. A nossa resposta vai nessa linha: a ideia de sublimação categorial e filosófica de uma atividade *gramatical*, portanto, não é uma ideia de Ryle. Mas ele não tem escrúpulos em chamar essa atividade de categorial e filosófica, porque, de fato, há nela algo que alcança mais fundo na estrutura da gramática e permite inclusive revisões das suas margens formais e explorações de regiões onde a semântica ainda não é paradigmática - por exemplo, o estágio de investigação onde novos significados são introduzidos.

De fato, nisso estão de acordo Ryle, Quine e Davidson: não há uma ciência que nos permita prever os absurdos. Não podemos distinguir entre uma falsidade analítica e outra simplesmente contingente através de uma regra mecânica ou sistema de paráfrases. Escapar de antinomias pode parecer fácil apenas se não nos arriscamos, isto é, se nos mantemos dentro dos limites dos consensos inofensivos e os manuais de interpretação paradigmáticos (como os

dicionários). Toda vez que precisamos enfrentar casos limítrofes, momentos de crise semântica, quando o significado de “homem” e de “planeta” são colocados em disputa, temos de elaborar caminhos de discussão mais arriscados, onde os fatos não são determinantes para o significado - há mais de uma forma de produzir modelos para os mesmos fatos. Mas Quine e Wittgenstein não acreditam que as questões técnicas e gramaticais que enfrentamos, nessas circunstâncias, tem qualquer coloração filosófica. Ryle (nos textos aqui tratados) acredita que sim.

Conhecimento filosófico e capacidade reflexiva de gerar suas próprias categorias

Esse capítulo irá utilizar uma ilustração para caracterizar um sentido em que questões sobre categorias são mais do que questões técnicas, mas também reflexos de certas capacidades de exprimir inferências de formas explicitamente semânticas. Essa capacidade é filosófica (argumentaremos). A título de exemplo, pensemos em uma tribo indígena com um sistema de linguagem baseado em classificações misturadas a intuições. Para generalizar uma regra meteorológica, eles usam a ideia de força divina. Essa força representaria a potencialidade da expressão para prever casos de chuva. Assim reificada, a potencialidade aparece como um “significado” que prevê a ocorrência possível da expressão “chuva”. Nas palavras de Wittgenstein (*Investigações Filosóficas*): “aqui a palavra, aqui a significação. O dinheiro e a vaca que com ele se pode comprar” (WITTGENSTEIN, 1962, §120). De fato, como lembra Ryle, “saber o que uma expressão significa (...) envolve conhecer um conjunto de interdições, permissões e obrigações” (RYLE, 1980, p. 64), e essa tribo os improvisa através de um império supersticioso de “coisas significativas”. Imaginemos predicados e palavras formadas por referência a narrativas míticas, como espíritos da água, do mar etc. A teoria das categorias dessa tribo é formada pelo enraizamento desses termos na estrutura da língua para lidar com problemas de predição semântica. Essas palavras dão fundamento classificatório para gerar a inércia linguística que favorece certas inferências sobre outras. Para essa tribo, portanto, as regras semânticas são seguidas inconscientemente. Sequer parecem regras instituídas.

Em termos fregeanos, isso condicionaria o conhecimento do “sentido” para essa tribo. Na medida em que esses significados limitam o que essa tribo pode dizer com Sentido, sua compreensão básica da regra da não contradição e de consequência lógica é gerada pelas proibições assim instituídas. Isso quer dizer que os seus meios de classificar a consistência e a completude são *impostos* por esses padrões:

Uma prova de consistência estabelece certos meios de reconhecer que a relação é de fato correta, isto é, se conforma ao propósito para o qual pretendemos classificar argumentos entre válidos e inválidos, enquanto uma prova de completude mostra que uma caracterização de prova teórica [proof-theoretical] não pode ser melhorada, dados os padrões impostos para esse propósito (DUMMETT, 1991, p. 22).

Podemos dizer, em uma leitura ryleana, que essa linguagem provê para essa tribo uma maximização da predição de ameaças antinômicas. Mas ela não está imune a todas as antinomias. Se, desafiados a representar a lei da gravidade e suas consequências através de proposições, a tribo antes mencionada só o consegue por meio de predicados intensionais grosseiros que retratam o suprassensível ou a vontade de espíritos, então o seu sistema de categorias foi incapaz de se prevenir contra algumas antinomias, contra as quais a teoria de Newton está ilesa. Podemos dizer que ela não foi capaz de tornar aquelas inferências explícitas inferencialmente. Isso parece consensual entre os semânticos: a fórmula para exprimir esses enunciados não terá um parâmetro verifuncional; e se for significativa, portanto, será apenas pelo improvisado ou de maneira dogmática e provisória (que pode ser tudo o que ela consegue no momento: definir a erupção vulcânica como um espírito divino, ou usando uma classificação totêmica). Há um sentido, portanto, em que o sistema de categorias semânticas da tribo reflete algo sobre sua história epistêmica e as ontologias que ela consegue integrar em sua consciência teórica. É nesse sentido que aquilo que ela *não consegue representar* não é inofensivo, e reflete uma característica que a projeta na discussão civilizacional como menos racional ou pré-racional. A diferença entre mito e razão, superstição e ciência, aparecem aqui como paralelos da divisão entre proposição e pseudo-proposição.

Isso não significa que não podemos traduzir as expressões dessa tribo para nossa linguagem. As categorias funcionam como sistemas de produção padronizado de ligações, ou um sistema de universalização de ligações possíveis e válidas que, de forma explícita, se manifestam como um sistema de paráfrase analógico global. Isso permite a um lexicógrafo ou antropólogo reduzir essa língua a um modelo simplificado. As traduções podem não ser perfeitas, mas se elas são possíveis de modo mínimo, é porque se pode generalizar o conhecimento categorial dos padrões de ligação da linguagem. Naturalmente, do ponto de vista técnico é possível aprender a lidar com essas categorias de maneira mecânica. O problema não é a intraduzibilidade, mas a disputa pela forma de expressão mais adequada para escapar de antinomias do tipo desejado. Nada impede que alguém possa se comunicar bem apenas usando metáforas e analogias poéticas. Mas a história da ciência irá selecionar formas de retratar a

realidade que precisam se tornar semânticas para que seu conteúdo teórico seja compreensível no nível do aprendizado extensional ou verifuncional. E é nesse nível que a diferença filosófica entre os parâmetros racionais da tribo se chocam com os nossos.

Uma primeira atenção tem de ser dada à essa característica filosófica: a tribo de que falamos nas anteriores ilustrações continua ignorante das antinomias que não pode prever enquanto não produzir certo tipo de conhecimento filosófico, que permitirá que ela aborde a semântica das ligações permitidas em sua linguagem. Precisamos convencer o leitor de que Ryle acredita que existe um potencial reflexivo na produção de conhecimento categorial, mas como ele não usa a palavra “reflexão”, pediremos a licença para interpretar a sua filosofia nessa direção com a ajuda de uma citação onde ele parece aceitar a divisão entre uma forma refletida e uma irrefletida de se engajar em temas categoriais sobre enganos sistemáticos:

[As pessoas] simplesmente utilizam expressões que, por uma causa qualquer, (...) (...) dissimulam em vez de exibir a forma dos fatos que registram. E é precisamente a fim de revelar essas formas que nós abstraímos e generalizamos. Esses processos de abstração e de generalização já ocorrem antes que análise filosófica comece. Tudo indica, na verdade, que os resultados desses processos constituem o tema próprio da filosofia. O pensamento abstrato pré-filosófico é sempre iludido pelas expressões sistematicamente enganadoras e o próprio pensamento filosófico abstrato, cuja função própria consiste em curar essa doença é, na realidade, uma de suas vítimas mais graves. (RYLE, 1980, p. 21)

Nesse trecho aparece a inclinação de Ryle a pensar a filosofia dividida entre um aspecto reflexivo e um irrefletido, um capaz de curar nossos erros categoriais, e outro como o gerador irrefletido desses erros. Ele está, assim, dentro do espírito da divisão kantiana entre filosofia crítica e dialética. Agora podemos voltar à tribo. Se o conhecimento da previsibilidade semântica das ligações formais usadas pelos membros da tribo é dado, em um primeiro estágio, de maneira puramente intensional, com um poder de predição empírico paralelo ao seu risco de paradoxo, isso pode ser melhorado no futuro. Mas apenas se a compreensão dessa predição semântica tiver um caráter reflexivo. Se não houver uma compreensão filosófica que converte suas correlações extensionais em cânones normativos, não haverá homogeneidade categorial com sua história semântica, e a tribo ficará tão exposta a antinomias quanto já estava antes, falando de espíritos e fantasmas.

O importante em um conhecimento categorial é a capacidade de gerar o conhecimento mecânico das condições de verdade, ao mesmo tempo sendo capaz de revisá-los, ampliando a linguagem para classificar casos empíricos e extensionais novos: “sempre que um signo de

lacuna (uma variável) admitir complementos diferentes quanto ao tipo, esse signo de lacuna possuirá uma ambiguidade (...) que poderia ser evitada por um simbolismo mais adequado” (RYLE, 1980, p. 32). Se adquirir seu conhecimento categorial de forma não reflexiva, a tribo não satisfará a segunda condição. Se ela tentar gerar esse conhecimento de maneira dogmática, através de alguma ideologia exógena importada de uma metafísica de outra cultura, ela estará apenas construindo sua semântica de maneira não fundamentada.

A normatização das sentenças da linguagem é algo ao qual essa tribo tem de chegar reflexivamente, e não simplesmente copiando a regra de outra linguagem ou cultura. A elucidação categorial é filosófica, mas também semântica, ou melhor: representa a intersecção onde o problema semântico não pode deixar de se aprofundar filosoficamente. Nessa esfera de problematização, nos deparamos com o sentido em que uma sentença analógica, que contém metáforas e produz contextos de significação intensionais (ambíguos quanto à extensão), pode se aproximar mais ou menos de um registro fiel da característica da realidade que a verifica (lhe assinala um valor semântico). O problema, que na prática é a tentativa de exaurir o conteúdo intensional das analogias até que não sobre senão um esqueleto sintático que dá o perfil do padrão analógico, tem sido enfrentado pela ciência desde os primórdios da humanidade, e mostra a correlação íntima entre semântica e a ciência em geral. Para Ryle, estamos diante de uma vocação filosófica, pois aprendemos algo sobre a natureza das coisas:

...se a perplexidade de uma criança relativa ao fato de equador poder ser atravessado, mas não visto, (...), for uma perplexidade relativa à natureza das coisas, então é certo que certas proposições categorias fornecerão a informação desejada acerca da natureza das coisas. (RYLE, 1980, p. 35)

Conclusão

Esse artigo pretende resgatar uma versão da teorização das categorias que se aproxima de um conhecimento filosófico, entendido como uma compreensão reflexiva sobre o objeto semântico gerado pelas categorias. O que nos distancia de Quine e Davidson é a perspectiva de que exige o conhecimento de *algo mais*, que a estrutura da língua nos permite entender. Esse conhecimento, como vimos com Ryle, tem aspectos filosóficos, que podem tanto servir para prever enganações sistemáticas quanto para gerá-las. Mas, mais do que isso, Ryle invoca um aspecto da questão técnica sobre o “significado” que está diretamente ligada às argumentações

e raciocínios que pretendemos tornar explícitos. Assim, ele submete a semântica a suas possibilidades de dilatação técnica e recodificação conforme os interesses da argumentação filosófica: “filosofar é argumentar, e é exatamente esse elemento de raciocínio que, via de regra, é omitido nas mais recentes definições como análise” (RYLE, 1980, p. 34).

O que distancia Quine de Ryle é a sua insistência em que não há qualquer razão (não circular) para chamar uma verdade lógica de analítica e, portanto, distinguir entre falsidades comuns e absurdos é uma distinção metafísica com filiações escondidas com os antigos dogmas do empirismo clássico (*Dois Dogmas do Empirismo*): “minha proposta atual diz que é um disparate, e origem de muitos disparates, falar de um componente linguístico e um componente fatural da verdade de qualquer enunciado particular” (QUINE, 1980, p. 245). Para Quine há, obviamente, proposições que rejeitamos sem precisar consultar fatos, mas isso é uma escolha pragmática. A resposta de Ryle seria, até onde podemos ver, que essa escolha pragmática é justamente uma investigação categorial sobre o alcance inferencial ou o poder preditivo/dedutivo que queremos dar a uma linguagem ou teoria científica. A crítica de Quine é justa, se ela apenas diz que escolhas categoriais são pragmáticas; mas é vazia, se ela tenta ir além e dizer que não existem investigações de natureza categorial.

O que afasta Davidson da perspectiva de Ryle é que o autor coloca quase toda a ênfase da fundição do problema semântico e o da verdade em uma tese de pedagogia: o importante para ele é como a identidade das condições de verdade das sentenças unificam os critérios que padronizam nosso aprendizado da linguagem como um todo. Assim reduzido a uma tese sobre a aquisição da linguagem, torna-se (para Davidson) subalterna a questão sobre que tipo de processo argumentativo e filosófico poderia dilatar as margens categoriais da linguagem. E torna-se também subalterna a questão sobre a pressão dos desafios empíricos e da ciência normal sobre nossa argumentação filosófica e inclusão de novas chaves categoriais na linguagem. Supondo, assim, que um tradutor recuperando padrões de repetição de expressões de uma língua se beneficiasse, no meio do ofício, aprendendo também as condições em que as sentenças traduzidas seriam verdadeiras, isso teria que desafiar nossa reflexão. O que foi aprendido? O tradutor terá um conhecimento da própria realidade física quando traduz a teoria de Newton para o francês? Ou poderá ele simplesmente reproduzir um padrão codificador que copia a teoria de Newton, de uma língua para outra? Para Davidson, a teoria da verdade elaborada pelo tradutor para padronizar o perfil das sentenças de uma língua não pode ultrapassar o conhecimento da estrutura linguística; o tradutor não sabe nada, portanto, sobre a realidade física, química ou social. Sabe apenas um padrão regular da língua. Saber a condição

de verdade não significa que o tradutor aprende algo sobre o mundo externo, mas sim que aprende algo sobre o perfil holístico daquela linguagem. A teoria do tradutor seria baseada no teste do esquema tarskiano e não teria nada a ver com as coisas, ou com a referência: “o poder empírico de tal teoria depende do sucesso em recuperar a estrutura de uma habilidade muito complicada – a habilidade de falar e entender uma linguagem” (DAVIDSON, 2001, p. 25).

Acreditamos que, apresentando as razões de Ryle, desafiamos essa perspectiva no decorrer do artigo. Para Ryle não faz sentido se manter no nível de uma teoria sobre a aquisição da linguagem, pois com isso perdemos aquele aspecto da questão categorial que é de interesse do filósofo: construir as ligações semânticas requeridas por um estágio da ciência e da cultura, muitas vezes dando validade a conexões antes vistas como absurdas. Com a ajuda dessa perspectiva, podemos realocar as perguntas. A interrogação privilegiada por nosso fio condutor é: será que não há *algo mais* aprendido pelo tradutor sobre um texto de química ou física quando ele elabora esquemas padronizados para maximizar a extração de conteúdo e minimizar as perdas de uma língua para outra? Não haverá no aprendizado de um perfil categorial da linguagem uma espécie de aprendizado de todo o parâmetro racional que facilita a expressão de certas verdades sobre outras, incluindo o favorecimento de certas verdades necessárias (analíticas ou sintéticas *a priori*)? E não haverá também uma argumentação paralela, filosófica, compreendendo a aquisição teórica das possibilidades de expansão categorial para registrar resultados científicos novos? Podemos explorar também outras perguntas, como as relativas ao conteúdo do parâmetro racional de diferentes culturas e o modo como essas podem gerar reflexivamente as categorias que geram o conhecimento de certas verdades e consequências lógicas como um Sentido (*Sinn*), isto é, um conhecimento não dogmático do fundamento inferencial e proposicional.

Ryle é um autor importante nesse contexto, porque ele não deixou de notar que há uma carga filosófica na nossa seleção categorial. A demarcação entre proposição e pseudo-proposição pode ser gerada reflexivamente ou dogmaticamente. Seja como for, a semântica é inevitavelmente feita em um terreno de investigação categorial, pois o predicado semântico “verdade” discrimina tipos ou categorias de entidades que entram em relações de consequência. A ligação categorial entre o que responde perguntas sobre a verdade é a base do conceito mais cru e intuitivo de consequência lógica. Se alguém precisa de um modelo semântico puro, e não uma teoria natural ou causal sobre “formas lógicas”, para representar este elo de prova, ele precisa tomar partido sobre o caráter desses *possíveis preenchedores de variáveis*. É preciso saber se há compatibilidade de nível teórico entre os preenchedores das variáveis. E isso não é

feito senão tomando partido sobre a extensão dos conceitos. É preciso responder perguntas como essa: que tipos de elementos extensionais se comportam de maneira tão idêntica em qualquer interpretação que garantem a verdade de uma sentença consequente dado um antecedente verdadeiro? Esta é uma questão que a semântica só pode investigar ou perseguir tornando-se uma teoria substancial e em certa medida filosófica (e não meramente uma técnica de computação) sobre qual classe de verificadores - e que categorias - são tolerados pelo modelo.

Se essa vocação teórica e reflexiva está presente na semântica, por que, então, ela é desconsiderada em discussões linguísticas? A semântica moderna, principalmente em seus ramos mais íntimos à linguística, continua em muitos aspectos desfavorável a familiaridades com a filosofia. O maior medo de usar a palavra filosofia, hoje, reside em sua semelhança com a metafísica. O escrúpulo é, não negamos, parte da herança genética positivista que persiste em nós. Mas esse escrúpulo esmorece se, por filosófico, apenas nos referirmos ao tipo de conhecimento reflexivo que ultrapassa a região técnica específica da questão. Esse é o lugar em que o conhecimento das categorias é feito com consciência reflexiva. Isso se dá quando entendemos qual a condição normativa por trás da exclusão de uma classe de verificadores. É o tipo de conhecimento consciente das dificuldades reflexivas. Isso significa que, quando não podemos resolver o problema de maneira técnica – como programando uma interpretação mecânica – isso vêm à consciência como uma questão que pode ser filosófica. É melhor que o seja, como dita todo progresso do saber desde a versão grega contra os mitos, até a versão iluminista contra a superstição. Quando não é, somos presas da mistificação e usamos o conhecimento semântico como um dogma limitador do que é “possível” exprimir.

Nada do que falamos, não obstante, significa uma volta aos modelos escolásticos e dialéticos de pensar. Sequer implica uma revisão estrutural de nossa herança positivista. Pois é possível identificar a função da filosofia nos aspectos reflexivos presentes na atividade da ciência empírica (embora para isso precisaríamos revisar teses sobre o caráter da *ciência normal*). Não temos tempo para desenvolver essa discussão, mas nossa tese é que a ciência normal vai além da mera tarefa - designada por Thomas Kuhn⁵ - de limpeza, eliminando anomalias e desenvolvendo respostas aos quebra cabeças. É compatível com a nossa visão a tese de que a ciência normal, quando abordada pela perspectiva reflexiva e autocrítica, contém os instrumentos para desenvolver seus próprios recursos analógicos e semânticos, assim como

⁵ Segundo Kuhn: “A maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com operações de limpeza. Elas constituem o que chamo de ciência normal” (KUHN, 1998, p. 44).

revisar seus núcleos categoriais, fazendo o papel filosófico *requerido* e ensinando sua linguagem como melhorar a perspectiva de seu retrato da realidade. Isso acontece também nas revisões semânticas feitas pelo senso comum. Nas palavras de Ryle (*A Linguagem Ordinária*):

essa é a razão pela qual, em nossas discussões, nós argumentamos, a um só tempo, com expressões e acerca dessas expressões. Estamos tentando registrar aquilo que estamos exibindo; estamos tentando codificar os próprios códigos que estamos, de imediato, observando (RYLE, 1980, p. 52).

Referências:

- BURGE, T. Review Essays: Predication and Truth. *The Journal of Philosophy*, Volume 104, Issue 11, November 2007, pp. 580-608.
- DANCY, J. Ryle and Strawson on Category Mistakes. In DOLBY, David (Ed.). *Ryle on Mind and Language* (Philosophers in Depth), Londres: Paulgrave Mcmillan, 2015.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper and Row, 1973.
- DUMMETT, M. *Origins of Analytical Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1994.
- DUMMETT, M. *The Logical Basis of Metaphysics*. Harvard University Press. 1991.
- ETCHEMENDY, J. *The Concept of Logical Consequence*. Center for the Study of Language and Inf, 1999.
- FREGE, G. Sense and Reference. *The Philosophical Review*, Vol. 57, No. 3, May, 1948, pp. 209-230
- GLOCK, Hans-Johann. Nothing Categorical on Categories. In DOLBY, David (Ed.). *Ryle on Mind and Language* (Philosophers in Depth), Paulgrave Mcmillan, Londres, 2015.
- QUINE, W.V.O. Dois Dogmas do Empirismo. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. 241-249. (Coleção os Pensadores)
- QUINE, W.V.O. Necessary Truth. *The Ways of Paradox: and other essays*. New York: Random House, 1994, pp. 68-77.
- KAPLAN, D. How to Russell a Frege-Church. *The Journal of Philosophy*, Nov. 6, 1975, Vol. 72, No. 19, pp. 716-729
- KEMP, G. Meaning and Truth-conditions. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 48, No. 193 (Oct., 1998), pp. 483-493.
- KEMP, G. Quine's Criticism of Semantics. In: Piotr Stalmaszczyk (ed.), *Philosophy of Language and Linguistics: The Legacy of Frege, Russell, and Wittgenstein*. De Gruyter. 2014, pp. 139-160.
- KOREN, L. Semantic Conception of Truth: What it is and what is not. *Truth and Meaning: the Dialectics of Theory and Practice*, 2011
- KRIPKE, S. Frege's theory of Sense and Reference: some exegetical notes. *THEORIA*, 2008, 74, pp. 181-218 doi:10.1111/j.1755-2567.2008.00018.x

- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- RUSSELL, B. Sobre a Denotação. *Lógica e Teoria do Conhecimento*, Ensaios Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- RUSSELL, B. A Filosofia do Atomismo Lógico. *Lógica e Teoria do Conhecimento*, Ensaios Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)
- RYLE, Gilbert. *A Linguagem Ordinária*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. In RYLE, Gilbert; AUSTIN, John L.; QUINE, Willard V.O.; STRAWSON, Peter F. Ensaios. Seleção de Oswaldo Porchart de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Victor Civita – Abril Cultural, 1980. pp. 37-53 (Coleção Os Pensadores).
- RYLE, Gilbert. *A Teoria da Significação*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. In RYLE, Gilbert; AUSTIN, John L.; QUINE, Willard V.O.; STRAWSON, Peter F. Ensaios. Seleção de Oswaldo Porchart de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Victor Civita – Abril Cultural, 1980. pp. 53-71 (Coleção Os Pensadores).
- RYLE, Gilbert. *Categorias*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. In RYLE, Gilbert; AUSTIN, John L.; QUINE, Willard V.O.; STRAWSON, Peter F. Ensaios. Seleção de Oswaldo Porchart de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Victor Civita – Abril Cultural, 1980. pp. 23-37 (Coleção Os Pensadores).
- RYLE, Gilbert. *Expressões Sistemáticamente Enganadoras e Outros Ensaios*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. In RYLE, Gilbert; AUSTIN, John L.; QUINE, Willard V.O.; STRAWSON, Peter F. Ensaios. Seleção de Oswaldo Porchart de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Victor Civita – Abril Cultural, 1980. pp. 3-23 (Coleção Os Pensadores).
- RYLE, Gilbert. *Expressões Sistemáticamente Enganadoras e Outros Ensaios*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. In RYLE, Gilbert; AUSTIN, John L.; QUINE, Willard V.O.; STRAWSON, Peter F. Ensaios. Seleção de Oswaldo Porchart de Assis Pereira da Silva. São Paulo: Victor Civita – Abril Cultural, 1980. pp. 3-87 (Coleção Os Pensadores).
- TARSKI, A. The Concept of Truth in Formalized Languages. *Reprinted in Logic, Semantics, Metamathematics. Papers from 1923 to 1938*, 2nd ed. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2006, pp. 152–278
- TARSKI, A. The Semantic Conception of Truth: And the Foundations of Semantics, *Philosophy and Phenomenological Research*, 1944, pp. 341–376.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*, London: Kegan Paul, Trench, Trubner, 1922.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Translated [from the German] by G.E.M. Anscombe, Oxford: Blackwell, 1967.